



ACÓRDÃO Nº1635/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11503/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Francisco Oliveira Videira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5417/2022-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social de Beruri – FUNPREB, sob a responsabilidade do Sr. **Francisco Oliveira Videira**, exercício de 2019, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2423/96, dando-lhe quitação com fulcro no art. 24 da Lei n. 2423/1996.

10.2. Recomendar ao atual gestor do Fundo Municipal de Previdência Social de Beruri – FUNPREB que observe com rigor os normativos aos quais o Órgão está submetido, entre eles: Lei Complementar n. 101/00, Lei n. 4320/64, Portaria MPS nº 402/08, Lei n. 9717/98, Portaria MPS nº 519/11, Portaria MF nº 464/18, Decreto nº 10.188/19 e Lei Orgânica n. 2423/1996.

10.3. Recomendar ao atual Chefe do Poder Executivo de Beruri que providencie as negociações para regularização dos débitos previdenciários junto ao Fundo Municipal de Previdência Social de Beruri



ACÓRDÃO Nº1635/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

– FUNPREB de acordo com a Portaria MPS n. 402/08.

10.4. Dar ciência do decisório prolatado nestes autos ao Sr. **Francisco Oliveira Videira**, gestor do Fundo de Previdência Social de Beruri – FUNPREB, no exercício de 2019.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Setembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral